

novembro 2019



Ilustração 1 A equipa do ATAF, composta (a partir da esquerda) pelos Directores Mary Baine e Raphael Kamoto e pelo Secretário Executivo Logan Wort, em discussão com o Professor Victor Harison, Comissário dos Assuntos Económicos do Departamento de Assuntos Económicos da Comissão da União Africana em Adis Abeba

Relações mais estreitas em matéria tributária acordadas nas conversações da Comissão da UA

A missão do ATAF de reforçar os sistemas fiscais em África foi impulsionada por uma série de reuniões realizadas pela equipa executiva do Secretariado do ATAF com as principais partes interessadas em Outubro.

A equipa do Secretariado, composta pelo Secretário Executivo Logan Wort, Director de Programas Fiscais

Mary Baine, Director de Parcerias Estratégicas, Planeamento, Monitoria e Avaliação Raphael Kamoto e o consultor sénior Alfred Akibo-Betts, iniciaram a sua agenda com uma reunião a 3 de Outubro com uma equipa do Departamento de Assuntos Económicos (DEA) da Comissão da União Africana (CUA) na sua sede em Adis Abeba, Etiópia.

A equipa da DEA foi chefiada pelo Professor Victor Harison, Comissário dos Assuntos Económicos e

Dra. Dossina Yeo, chefe da Divisão de Política Económica e Investigação. A DEA delimitou os seus planos para intensificar os seus trabalhos sobre a mobilização de recursos internos e a redução dos fluxos financeiros ilícitos (FFIs), centrando-se especialmente na implementação das recomendações formuladas no relatório do Grupo de Alto Nível sobre as FFIs de Thabo Mbeki.

O Dr. Yeo disse que, dado o trabalho já realizado pelo ATAF, a organização era “uma excelente opção” para colaborar com a CUA sobre estas questões, como já estava a fazer com a OCDE e o FMI.

Ele disse que a abordagem da CUA no combate às FFIs visava reforçar a boa governação nos Estados membros, reforçar a capacidade de negociação e identificar bens roubados e colaborar com os parceiros para recuperar e devolver bens roubados em bancos estrangeiros.

O Sr. Wort enfatizou a vontade do ATAF de trabalhar com a CUA e disse que a organização estava pronta para fornecer apoio técnico à CUA. Ele deu à equipa da DEA um breve resumo do trabalho e das realizações do ATAF desde a sua criação em 2009. Ele salientou que o ATAF tem trabalhado com 11 países africanos em questões relacionadas com minerais e extractivos e ficaria feliz em colaborar com a CUA nesta matéria.

A equipa do ATAF destacou a necessidade de mais liderança e apoio político em questões tributárias e sentiu que a CUA era o órgão ideal para isso, especialmente no atual debate fiscal global sobre a tributação da economia digital. O ATAF instou a CUA a assumir a liderança na prossecução dos interesses africanos politicamente, uma vez que estas propostas serão levadas aos Chefes de Estado do G20, onde apenas a Nigéria e a África do Sul representam a África. A preocupação do ATAF é que os países africanos irão perder quando a atribuição de direitos de tributação for determinada se a sua voz não for suficientemente forte politicamente.

A reunião foi concluída com um acordo para promover o compromisso entre a DEA e o ATAF. As duas organizações concordaram em realizar um seminário técnico de um dia sobre questões tributárias em África para o pessoal da DEA e do ATAF com o objectivo de pôr a DEA a par de todas as questões e desafios fiscais enfrentados pelos países africanos.

Como o papel chave da DEA é a coordenação dos assuntos económicos em África, o ATAF irá prestar apoio técnico como parceiro principal em assuntos tributários em África. O apoio técnico do ATAF incluirá o fornecimento de pareceres sobre questões políticas e a promoção das posições políticas da CUA.

Também fornecerá actualizações regulares sobre questões fiscais internacionais. Como o ATAF fornece apoio técnico aos 24 países africanos que são membros do Quadro Inclusivo BEPS da OCDE, o ATAF enviará regularmente actualizações à DEA sobre questões que emanam das reuniões do Quadro Inclusivo e de outras questões fiscais internacionais que têm impacto nos países africanos. Além disso, o ATAF fornecerá apoio técnico à CUA se a DEA começar a participar nas reuniões do Quadro Inclusivo, como indicou que tenciona fazer.

Além disso, o ATAF fará parceria com a CUA e outras organizações para a realização de um Diálogo de Alto Nível sobre Tributação da Economia Digital durante as reuniões da Comissão Técnica Especializada sobre Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração de 2020, em 12 de Março de 2020, em Acra, Gana.

Acordo de Livre Comércio Continental Africano - uma prioridade fundamental

Mais tarde, no mesmo dia, a equipa do ATAF reuniu-se com Simon Mevel, responsável pelos Assuntos Económicos na Divisão de Integração Regional e Comércio do Centro Africano de Política Comercial (CAPC) da Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA). O Sr. Mevel partilhou com a equipa do ATAF o trabalho feito pela CAPC, a maior parte do qual é orientado para a investigação.

Uma prioridade fundamental para a UNECA é a implementação do Acordo de Comércio Livre Continental Africano. A UNECA está a prestar apoio à CUA para assegurar uma implementação harmoniosa. Liderado pela CAPC, este apoio inclui assistência técnica e capacitação para os países africanos, facilitando as negociações entre países sobre direitos de propriedade intelectual, políticas de concorrência e comércio electrónico.

A reunião terminou com o acordo de que a CAPC e o ATAF explorarão a possibilidade de colaborar no comércio digital/comércio electrónico e no trabalho de investigação sobre o impacto do Acordo de Comércio Livre Continental Africano nas receitas.

O foco está em como África pode combater e banir os fluxos financeiros ilícitos

Page 2

Plano para um roteiro para orientar os membros na Eol

Page 10

Conversações da OMC sobre comércio electrónico: agir com cautela, avisa assessora

Page 13

Mesas-redondas incidem sobre os próximos 10 anos do ATAF

Page 14

O foco está em como África pode combater e banir os fluxos financeiros ilícitos

Os fluxos financeiros ilícitos (FFIs) provenientes de países africanos e as medidas necessárias para os combater estiveram no centro das discussões em dois eventos recentes realizados no continente.

O Secretário Executivo Sr. Logan Wort liderou uma equipe do ATAF para a Conferência Pan-Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação, realizada em Nairóbi, Quênia, de 1 a 3 de Outubro.

A 7ª edição desta conferência anual foi organizada sob o tema:

Tributação de Intangíveis, Tecnologia Financeira (*FinTech*) e Economia Digitalizada: Tendências, Desafios e Oportunidades para a Mobilização de Receitas Internas em África.

A conferência deste ano foi convocada pela *Tax Justice Network Africa* (TNJA), em cooperação com várias organizações, incluindo o ATAF, a Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Fórum Africano e a Rede sobre Dívida e Desenvolvimento, a *Financial Transparency Coalition*, a *Global Alliance for Tax Justice*, *Action Aid*, *Oxfam*, *Coalition for Dialogue on Africa* e *Trust Africa*, entre muitas outras.

Reuniu as principais partes interessadas envolvidas nos esforços para reduzir os FFIs e reforçar a mobilização de recursos internos em África. Este ano, a atenção centrou-se nos desafios colocados por uma economia global cada vez mais digitalizada às regras de tributação tradicionais. Os participantes debateram uma vasta gama de questões, incluindo a atribuição de direitos de tributação na economia digitalizada, as diferentes propostas de tributação das empresas virtuais e as opções disponíveis para os países africanos.

Outros tópicos na agenda incluíram o advento das moedas criptográficas e plataformas de dinheiro móvel e as oportunidades, desafios e riscos que estes representam para a conformidade e transacções ilícitas.



Emeka Nakwankwo apresentou na Conferência Pan-Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação.

Uma apresentação do Sr. Emeka Nwankwo, que se juntou ao Secretariado do ATAF, abordou o aumento do comércio electrónico e os desafios para a cobrança de impostos, tais como o IVA e os direitos aduaneiros sobre transacções digitais.

O ATAF e a TJNA também trabalharam em parceria com o Observatório Tunisino de Economia para dar formação sobre FFIs aos legisladores africanos. Os principais objectivos do seminário foram assistir e apoiar os Parlamentares Africanos a envolverem-se mais eficazmente no discurso político e legislativo sobre as FFIs e a mobilização de recursos internos.

Sessenta e sete participantes de 24 países participaram no seminário. Os países que participaram foram: Angola, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, República Centro-Africana, Congo RDC, Etiópia, Costa do Marfim, Quênia, Gana, Gabão, Alemanha, Níger, Nigéria, Mali, Malawi, Senegal, Sudão do Sul, África do Sul, Tunísia, Uganda e Zimbábue.

Esta é a segunda formação para parlamentares; a primeira foi realizada em 2018. O objectivo é dotar os deputados de competências para compreender, identificar e monitorizar políticas e mecanismos que facilitem os FFIs de África e desenvolver as capacidades legislativas para os combater.

“Estas iniciativas também ajudam a fortalecer a rede de parlamentares para a aprendizagem contínua e campanhas anti-FFIs de colaboração em África. Reunir legisladores de diferentes jurisdições promove a partilha de conhecimentos e experiências e a troca de

lições entre pares sobre os esforços bem-sucedidos empreendidos pelas legislaturas para lidar com os FFIs”, disse Sra. Caroline Mutayabarwa, Gestora de Formação do ATAF.

Conversações mundiais prevêem um consenso até 2020

Desde 2015, aquando do início do projecto da OCDE sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS) e através do Quadro Inclusivo da OCDE/G20 sobre o BEPS, os países têm vindo a colaborar no sentido de chegar a um consenso sobre uma solução duradoura para a tributação da economia digital. Actualmente, estão a ser discutidas várias propostas com o objectivo de encontrar uma solução até 2020.

As conversações centram no problema da tributação de empresas multinacionais digitais que operam e possuem uma presença económica significativa em muitos países, embora não tenham uma presença física nessas jurisdições e, portanto, não são tributadas. Os principais conceitos internacionais em matéria tributária em apreço centram-se nonexo e na imputação dos lucros.

Antony Munanda, assessor técnico do ATAF no domínio da tributação internacional, apresentou as propostas avançadas no âmbito do pilar 1 do programa de trabalho do Quadro Inclusivo, as regras para a determinação de nexos, os métodos propostos para a imputação de lucros e os possíveis impactos de uma das regras mundiais para combater a erosão da base tributária (pilar 2) – a regra relativa à Inclusão de Receitas no contexto dos incentivos fiscais.

Durante a apresentação, foram ainda destacadas as várias observações e recomendações formuladas pelo ATAF a respeito do debate em curso a nível internacional sobre a imputação de lucros e a determinação de nexos.

Para informações mais detalhadas sobre este debate altamente técnico, os membros devem ler os três relatórios técnicos preparados pelo Comité Técnico do ATAF sobre a Fiscalidade Transfronteiriça em relação à tributação da

economia digital. Estes relatórios destacam as questões críticas que os países africanos devem considerar nas negociações a nível do Quadro Inclusivo e estão disponíveis no site do ATAF www.ataftax.org ao seguir o caminho:

Página inicial > ATAF products > Digitalisation.



Antony Munanda, assessor técnico do ATAF em matéria da tributação internacional

ATAF e Banco Mundial assinam acordo

O ATAF e o Grupo do Banco Mundial assinaram um Memorando de Entendimento (MDE) destinado a formalizar a sua cooperação para promover sistemas e administrações tributárias justos e eficientes em África a 20 de Outubro.

No âmbito do Memorando de Entendimento, as duas organizações pretendem partilhar conhecimentos e reunir as suas competências e recursos para, em conjunto, prestarem assistência técnica e desenvolverem capacidades em toda a África.

O Secretário Executivo do ATAF, Sr. Logan Wort, reuniu-se com o Sr. Marcello de Moura Estevão Filho, Director Global do Grupo do Banco Mundial para a Prática Global de Macroeconomia, Comércio e Investimento, à margem das Reuniões Anuais do FMI/Banco Mundial, realizadas de 14 a 20 de Outubro em

Washington DC.

“O Banco Mundial é um aliado tradicional do ATAF e, no passado, cooperámos em numerosos projectos, incluindo os nossos programas nacionais que visam reforçar a capacidade dos membros do ATAF e melhorar a sua eficiência na mobilização de receitas fiscais. Como estamos prestes a entrar na próxima década do ATAF, a consolidação de laços com organizações afins, como o Grupo do Banco Mundial, só pode ser benéfica para a nossa adesão em todo o continente”, afirmou o Sr. Wort.

O ATAF celebrará seu 10º aniversário em 19 de Novembro de 2019, em Kampala, Uganda, durante a 4ª Conferência Internacional sobre Tributação em África, prevista para 19 a 22 de Novembro de 2019.



Ilustração 1 O Secretário Executivo do ATAF, Sr. Logan Wort (à direita) e o Sr. Marcello de Moura Estevão Filho, do Grupo Banco Mundial, cumprimentam após a assinatura de um Memorando de Entendimento entre as duas organizações.

Sistemas nacionais de TIC para as administrações tributárias em África: será possível fazê-lo?

Os países africanos podem trabalhar em conjunto para desenvolver sistemas de TIC nacionais para as administrações fiscais no continente? Este é o foco de uma reunião de especialistas regionais a ser realizada na África do Sul no início de Novembro.

Organizada pelo Fórum Africano de Administrações Tributárias (ATAF), a reunião de três dias, de 6 a 9 de Novembro, é o início de um projecto ambicioso das administrações tributárias africanas que, de futuro, poderá ser uma referência para o continente. Outras reuniões semelhantes terão lugar noutras regiões do continente em 2020.

Os sistemas de TIC são um elemento crítico na modernização dos sistemas fiscais em África, uma vez que permitem passar de processos manuais para processos automatizados, a implementação de motores de risco e melhores serviços através de transacções *online* na apresentação de declarações e pagamentos. Isto tem um impacto positivo nos prazos de entrega e melhora o serviço aos contribuintes.

O problema para muitos países africanos são os enormes custos envolvidos na aquisição destes sistemas e as licenças que são necessárias, a falta de propriedade dos códigos fonte que resulta na dependência de prestadores de serviços e técnicos estrangeiros. Existe, portanto, um interesse crescente em determinar se os países africanos podem trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar um sistema ou sistemas de TIC que satisfaçam as suas necessidades e sejam acessíveis.

“As administrações tributárias africanas têm historicamente implantado sistemas terceirizados. O resultado tem sido a implementação de aplicativos, infraestruturas e *hardware* de múltiplas fontes, muitas vezes incompatíveis entre si. Os custos dos próprios sistemas e de qualquer manutenção, alterações e actualizações necessárias são proibitivos para muitos países africanos, especialmente porque têm de ser pagos em dólares”, disse a Dra. Nara Monkam, Directora de Investigação do ATAF.

O seminário, que contará com a participação de especialistas em TIC de todo o continente, visa determinar como deve ser um sistema de TIC ideal para as administrações tributárias africanas, que capacidade existe em África para desenvolver um tal sistema e quais são os custos envolvidos.

Os participantes irão considerar os pontos fortes e fracos dos sistemas de TIC já implementados nos países africanos, as lições aprendidas e os problemas encontrados.

“As deliberações neste e nos seminários subsequentes irão informar a pesquisa que o ATAF planeia realizar para orientar o desenvolvimento de um quadro africano para a implementação de sistemas de TIC. Os consultores do ATAF apresentarão as questões de investigação propostas aos participantes do seminário para revisão e também solicitarão as suas opiniões sobre a metodologia a ser usada para o estudo e a qualidade dos dados que o ATAF deve recolher”, explicou a Dra. Monkam.

A intenção é desenvolver, como linha de base, um guia de campo dos sistemas fiscais africanos de TIC, ou seja, uma lista de verificação dos principais passos que os países africanos podem seguir quando implementam um sistema de TIC para a tributação, quer produzido internamente quer por prestadores de

serviços externos.

A iniciativa é um dos vários projectos que estão a ser realizados pela Direcção de Investigação do ATAF nos seus esforços para fornecer investigação relevante sobre assuntos de interesse para as administrações tributárias africanas.

“O ATAF está empenhado em construir um repositório africano de alta qualidade, com conhecimentos científicos relevantes sobre tributação para mudar e/ou influenciar o discurso, a narrativa e a liderança do pensamento sobre tributação no continente”, disse a Dra. Monkam.



Ilustração 2 A Dra. Nara Monkam, Directora de Investigação do ATAF, falando num seminário realizado no Benim para validar os dados para a publicação da Perspectiva Tributária Africana

“O nosso objectivo é promover a investigação em matéria tributária pelos africanos para os africanos sobre questões que são relevantes para o continente. Queremos construir um corpo sólido de pesquisa e conhecimento para a África que possa complementar e equilibrar o corpo existente de conhecimento científico de outros continentes com a perspectiva de África também”, acrescentou.

O congresso anual de investigação em matéria tributária em toda a África, que se realizará em Dakar, Senegal, de 27 a 29 de Novembro, também está a aproximar-se. Este é o quinto congresso anual organizado pelo ATAF/ African Tax Research Network. O tema para este ano é: Digitalização: Desafios e oportunidades - Discussão da paisagem fiscal africana.

O congresso apresenta uma oportunidade para académicos, investigadores, administradores fiscais, estudantes, profissionais da área fiscal, consultores e decisores sobre política fiscal e tributária em África, para partilhar ideias e experiências e promover a investigação em África.

Em preparação está também a edição de 2019 da *Perspectiva Tributária Africana*, a publicação emblemática do ATAF, que inclui informação sobre administração tributária e dados económicos de 34 países africanos.

“É mais do que o dobro do número de países que participaram na edição inaugural em 2016. O facto de a participação na publicação ter aumentado de 15 para 34 - e para 37 em 2020 - ilustra o facto de a ATO se ter tornado uma fonte valiosa de dados sobre a tributação em África e outros indicadores económicos”, disse Frankie Mbuyamba, especialista em estatísticas fiscais do Secretariado do ATAF,

que lidera a equipa que compila a ATO.

Um novo e empolgante desenvolvimento é a implementação de um portal interactivo de dados *online*, incluindo todas as estatísticas de receitas recolhidas para o projecto ATO, que ficará disponível para investigadores, decisores políticos e outras pessoas interessadas em África e no mundo.

“Este portal irá fornecer acesso a dados precisos e verificados de 34 países em África num único repositório com um simples clique num botão. Proporcionará um balcão único para dados nacionais harmonizados comparáveis sobre a administração tributária e aduaneira. Para além dos perfis dos países, os utilizadores encontrarão informações sobre uma série de indicadores. Também serão capazes de “Separar e analisar” (*slice and dice*) os dados para os personalizar para os seus próprios fins. O portal interactivo está na fase final dos testes e deverá entrar em funcionamento em breve”, afirmou o Sr. Mbuyamba.



Ilustração 1 O Sr. Frankie Mbuyamba lidera a equipa que compila a Perspectiva Tributária Africana

Tributação da economia digital: África deve defender o seu direito

O nexo importante entre a administração tributária e a política fiscal foi destacado no Diálogo de Alto Nível sobre Políticas Fiscais, promovido pelo ATAF e acolhido pela Autoridade Tributária do Zimbabué.

A conferência de dois dias, que teve início em 31 de Julho, debruçou-se sobre o tema de *Garantir o lugar de África na tributação da economia digital*, face, primordialmente, à necessidade premente de assegurar a defesa dos interesses africanos a nível mundial em relação a este assunto.

O principal objectivo foi o de reunir todas as partes interessadas relevantes interessadas em defender dos interesses africanos em matéria da tributação da economia digital e analisar as diversas propostas objecto de debate a nível mundial, a fim de preparar os países membros para as mudanças de política susceptíveis de ocorrer em 2020 na sequência das deliberações no Quadro Inclusivo (ver caixa).

Mais de 110 técnicos dos ministérios das finanças e das administrações tributárias africanas de 21 países membros do ATAF, deputados, sociedade civil, BafD, OCDE, UNECA, parceiros de desenvolvimento, incluindo o DFID, a GIZ e a SECO, outros actores-chaves e peritos no domínio da política tributária reuniram-se em Victoria Falls.

Os principais pontos que emanaram da conferência foram:

A África deve participar das conversações mundiais sobre a tributação e a economia digital

Os países africanos devem participar activamente nos debates relativos ao Quadro Inclusivo sobre a tributação da economia digital, a fim de garantir que recebam a sua parte equitativa de impostos e que a os interesses dos países africanos fiquem salvaguardados nas normas internacionais que venham a ser adoptadas.

A maioria das actuais propostas avançadas a nível internacional sobre a tributação da economia digital reduz os direitos de tributação dos países africanos; por conseguinte, se os países africanos não articularem as suas posições nos Grupos de Trabalho do Quadro Inclusivo e através do Comité da ONU sobre a Tributação, estes ficarão a perder quando as normas mundiais forem desenvolvidas.

Os países africanos devem também acompanhar o trabalho que está a ser desenvolvido em matéria da tributação da economia digital por outros órgãos, como as Nações Unidas e o G24, de modo a adquirirem uma perspectiva mais ampla das questões em vez de se cingirem ao Quadro Inclusivo da OCDE.

De igual modo, a tributação da economia digital oferece aos países africanos a oportunidade de arrecadar mais receitas, ao assegurar que os impostos sobre os lucros gerados nos “países de origem” – o que caracteriza a maioria dos países africanos – sejam repartidos de forma equitativa a esses países.

O apoio político é um requisito fundamental para que África seja levada a sério

Para consolidar a posição de África no palco global,

os decisores políticos africanos ao mais alto nível devem ter conhecimento do que está em jogo e serem encorajados a defender os interesses africanos. Com o apoio do ATAF, os países africanos devem trabalhar através da União Africana e do Parlamento Pan-Africano a fim de garantir que uma posição Africana seja promovida sobre a tributação da economia digital.

O apoio político também é necessário a nível da União Africana através, por exemplo, da criação de uma instituição ou plataforma política, onde questões no domínio da política fiscal e da administração tributária sejam debatidas e as respectivas normas sejam estabelecidas. Isto facilitará a implementação da política fiscal em toda a África.

É necessária a colaboração entre os formuladores de políticas em matéria fiscal e as administrações tributárias

É imprescindível que os países africanos introduzam leis e regulamentos em matéria da economia digital para que estejam bem preparados para a implementação das novas normas quando estas forem convencionadas. Esta preparação deverá passar pelo reforço das capacidades dos quadros e a implementação de sistemas simples de administração tributária visando facilitar o cumprimento. Há que melhorar a colaboração entre os formuladores de políticas e as administrações tributárias para garantir que estejam em sintonia em relação à mobilização efectiva de recursos nacionais.

Preparação para a digitalização para poder tirar partido dos benefícios

Os países africanos devem assegurar que investem na tecnologia de informação e nas plataformas digitais necessárias para melhorar os sistemas de administração tributária e melhorar os serviços prestados aos

contribuintes, ao facilitar a submissão das declarações fiscais e o pagamento dos impostos. As administrações tributárias devem investir na reciclagem dos técnicos neste domínio e dotá-los dos instrumentos necessários para enfrentar os desafios da digitalização.

A tecnologia também aumenta a capacidade das administrações tributárias no sentido de analisar dados internos e externos que contribuem para a formulação de decisões políticas. As administrações tributárias devem investir na análise de dados para poderem desempenhar as funções de gestão de riscos e de conformidade, assim permitindo que as administrações tributárias concentrem os recursos nas áreas susceptíveis de produzir receitas adicionais.

Considerar a introdução de medidas interinas

Já que não existe certeza de que um consenso internacional sobre a tributação da economia digital será atingido em 2020, os países africanos devem considerar implementar soluções interinas que lhes permitam tributar as multinacionais digitais até ser encontrada uma solução de longo prazo. Os países que já o fizeram incluem a França e a Índia, que introduziram um imposto sobre as vendas digitais e uma taxa de perequação, respectivamente, como medidas de curto prazo.

Mais perto de casa, o Zimbábue introduziu um imposto de 5% sobre os serviços de comércio electrónico promovidos por empresas multinacionais (MNE) digitais não residentes cujas receitas excedam 500 mil dólares norte-americanos, e a África do Sul reforçou as suas leis tributárias e redefiniu os serviços digitais na sua lei do IVA, assim garantindo que as multinacionais digitais se registem e paguem IVA na África do Sul.



O Sr. Tunde Fowler, Presidente do Conselho do ATAF dirige-se à assembleia durante a conferência em Victoria Falls, no Zimbabué.



A fazer um pacto: O Director Executivo da TJNA, Alvin Mosioma (esquerda) e o Secretário Executivo do ATAF, Logan Wort.

Pacto é sinal de laços mais estreitos

O ATAF e a Tax Justice Network Africa (TJNA) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para melhorar a cooperação e colaborar em várias questões fiscais que irão promover o cumprimento da tributação em África.

O Memorando de Entendimento foi assinado pelo Sr. Logan Wort, Secretário Executivo do ATAF e pelo Sr. Alvin Mosioma, Director Executivo da TJNA, no Diálogo de Alto Nível sobre Política Fiscal, em Julho.

As duas organizações têm trabalhado em estreita colaboração durante a última década em questões de interesse mútuo nos seus esforços para promover administrações fiscais eficazes e uma tributação justa no interesse da mobilização de recursos internos para África.